

# Metodologia e Diretrizes de Programa de Governo

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2012



Setoriais de Educação e Cultura

SITES PARA CONSULTA



**Presidente PT-SP:** *Edinho Silva*

**Secretário Estadual de Movimentos Populares:** *Antonio Storel*

**Coordenador do Grupo de Trabalho Eleitoral 2012:** *Antonio dos Santos*

## **Coordenadores(as) Setoriais:**

Cultura: *Judas Tadeu Souza*

Educação: *Bia Pardi*

## **Coordenação Executiva Programa de Governo:**

*Alessandra Dadona*

*Maria Lúcia Prandi*

*Roberto Felício*

## **Equipe GTE 2012**

*Antonio dos Santos (coordenador)*

*Alair Molina*

*Alessandra Dadona*

*Kita Amorim*

*Maria Lúcia Prandi*

*Roberto Felício*

*Suélem Oliveira*

## **Colaboração**

Secretaria de Comunicação PT-SP:

*Aline Nascimento*

*Carlos Fernandes*



**Partido dos Trabalhadores**

## **Grupo de Trabalho Eleitoral 2012**

*Edinho Silva*

*Antonio dos Santos*

*Cid Marcondes*

*Irineu Casemiro*

*Aparecido Luiz da Silva (Cidão)*

*Tiago Nogueira*

*João Antônio*

*Iduigues Ferreira Martins*

*Antonio Oswaldo Storel Jr.*

*Silvana Donatti*

*Kita Amorim*

# Diretrizes para a Política Municipal de Educação



## Apresentação

**1.** A ideia que fundamenta a elaboração de planos de governos municipais para a educação é a de construção de uma política educacional que se caracterize por princípios e concepções orientadores da ação e que, por sua abrangência, alcance perenidade e evite a fragmentação de ações e projetos. Uma política educacional afinada com o projeto de Estado e Nação que foi gestado no Brasil a partir do governo Lula e vem sendo aprimorado no Governo Dilma.

Para nós uma política educacional deve contribuir, fundamentalmente, para ampliar a liberdade das pessoas, bem como o espírito de cooperação, solidariedade, respeito e a responsabilidade.

A educação é um direito assegurado na Constituição e o PT deve acima de tudo defender e cumprir a legislação educacional existente, particularmente a LDB, mas também mobilizar e organizar a população para a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), garantindo e abrindo espaços para a realização de conferências municipais para a construção do Plano Municipal de Educação (PME).

Para isto a educação conta com importantes instrumentos como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Com o apoio dos dados estatísticos disponibilizados pelo MEC/INEP

podemos produzir diagnósticos e planos de investimento, estreitando as relações de cooperação entre os dois sistemas. Importante também é resgatar as experiências de diversos governos petistas tanto em São Paulo como em outros estados brasileiros para dar continuidade ou resgatar as grandes diretrizes por nós defendidas e essenciais tanto na garantia da cidadania como na redistribuição de riqueza.

## 2. A atuação do Governo Municipal do PT deverá ser pautar por:

**Democratização do acesso e da permanência:** dar acesso e garantir a permanência dos alunos nas escolas. Cabe ao nosso governo garantir que todos possam aprender cada vez mais e melhor, oferecendo aos alunos com déficit de aprendizagem, possibilidades de reforço e/ou recuperação particularmente no ensino fundamental e na educação de jovens e adultos (EJA).

**Democratização da gestão da educação:** reconstruir e aprofundar os processos democráticos de tomada de decisões para superar o autoritarismo ainda existente no cotidiano escolar. Fomentar a participação da comunidade nas decisões, elaborar coletivamente o Projeto Político Pedagógico das escolas e construir, envolvendo a comunidade escolar, o Plano Municipal de Educação.

**Construir a qualidade social da educação:** garantir o aprendizado do educando, desenvolvendo sua autonomia intelectual, criticidade e criatividade como elementos básicos a sua participação em todos os níveis da vida social. Nossas escolas devem se pautar pelo desenvolvimento dos valores fundamentais no desenvolvimento do ser humano como a solidariedade, justiça, honestidade, autonomia, liberdade e cidadania. Nesse sentido a educação deverá combater as práticas sexistas e racistas e que promova a inclusão de todos e todas. Para isso, a valorização dos profissionais da educação é condição fundamental.

**Modernização e informatização das escolas:** a escola deve possibilitar aos alunos e à comunidade escolar possibilidade de entrar para a sociedade de conhecimento para que, com a apropriação das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), se preparem para desenvolverem plenamente

aspirações de cidadãos do mundo nesse novo século.

É através das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) que poderemos dar acesso à informação e à participação efetiva dos cidadãos. Atualmente as TIC contribuem consideravelmente para geração e disponibilização da informação através de múltiplos meios, tais como as mídias digitais, além de facilitar a comunicação nos espaços formais de aprendizagem, como a escola. Por conta das transformações da sociedade, a escola passa a não ser mais o único lugar de aquisição de informações, pois com a propagação das informações e notícias através da rede e os processos comunicacionais, o conhecimento vem deixando de pertencer a uma minoria para transformar-se em parte integrante da cultura mundial. Nasceram as mídias digitais e espaços virtuais e com eles a possibilidade da comunicação e aprendizagem acontecerem a qualquer instante e em qualquer lugar. É nosso papel, enquanto educadores do PT, de disseminar e estimular na comunidade escolar essa nova cultura tecnológica.

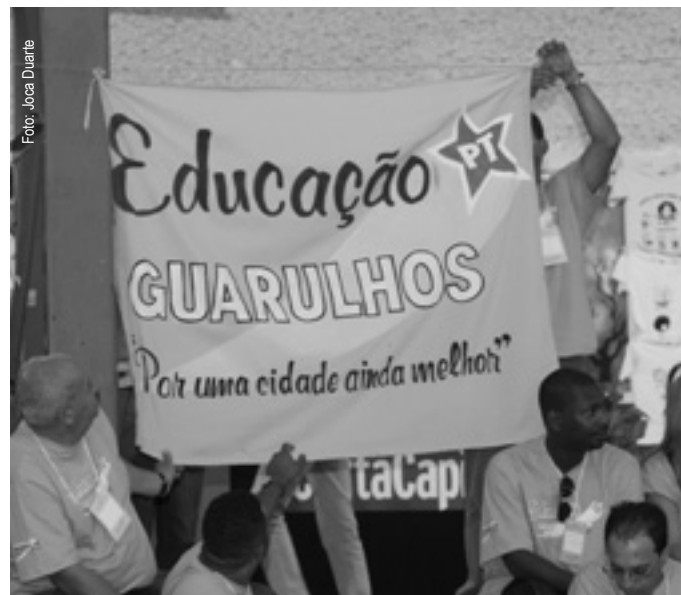
Valorização dos profissionais de educação: é necessário dar atenção especial à formação inicial e continuada dos docentes ao longo de suas vidas. Fundamental também será a recuperação salarial e as diretrizes da carreira

docente. O Governo do PT deve se antecipar aos debates ora em curso e implementar a Lei Federal do Piso (e jornada) sancionada pelo presidente Lula e ainda motivo de atritos entre os governos tucanos e professores.

## Breve Diagnóstico

A educação pública brasileira tem sido historicamente reprodutora dos valores de uma sociedade desigual, em que o individualismo e a competição são aprendidas e justificam a exclusão da grande maioria dos filhos dos trabalhadores do direito à educação básica e superior. Nossos índices educacionais ainda acompanham os níveis de desigualdade e exclusão dos demais campos sociais. Somente nos últimos anos conquistamos indicadores de universalização do ensino fundamental, mas figuramos com os piores índices mundiais de aproveitamento escolar e uma cobertura insuficiente na educação infantil, ensino médio e no superior. A exclusão, reprovação e a evasão, fenômenos quase exclusivos do Brasil e particularmente das classes populares, são naturalizados na sociedade e no meio educacional.

A maioria dos municípios paulistas não foge a esse quadro. Os dados estatísticos, do Estado de São Paulo, apontam que: a escolaridade é baixa entre



os jovens e adultos; a distorção idade-série continua sendo um problema; o número de analfabetos é alto, mais de 2 milhões de pessoas. Segundo dados do Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF) só 40% dos jovens metropolitanos brasileiros atingem nível de alfabetismo, enquanto 38% atingem apenas o nível básico e 19% não superam o nível rudimentar de leitura. O atendimento a primeira infância (0 a 6 anos) ainda esta longe de atingir o determinado nos debates ocorridos durante o CONAE e presentes no PNE, principalmente na faixa etária de 0 a 3 anos: 2020 os municípios terão que atender 50% das crianças na faixa etária de 0 a 3 anos e 11 meses e 100% das crianças de 4 a 5 anos e 11 meses.

Estes dados e outros devem ser analisados quando da elaboração do Programa de Governo à luz da realidade local. Não se pode deixar de relacionar os índices educacionais com outros como de mortalidade infantil, gravidez na adolescência, violência, trabalho infantil, renda per capita, desemprego, faixas etárias da população do município, crescimento demográfico entre outras para que a política educacional de fato promova a inclusão e a emancipação.

Muitas administrações petistas municipais e estaduais foram protagonistas na implementação de políticas educacionais voltadas à reversão desse quadro na busca da qualidade social da educação. A gestão democrática, a democratização do acesso e do conhecimento são eixos centrais destas administrações.

## Diretrizes

### 3.1 - Gestão Democrática

A comunidade escolar precisa ter autonomia para construção de seu projeto pedagógico. Sucessivos governos têm falhado na sua busca pela qualidade, em parte, porque não acredita na capacidade da comunidade escolar para enfrentar esse desafio.

Os governos acham que podem impor diretrizes administrativas e um currículo que devem ser seguidos cegamente pelos educadores. Entendemos que é necessário um planejamento central e níveis de exigências comuns, mas, cada escola e sua comunidade deve buscar o percurso formativo dos professores, avaliar seus resultados e propor soluções em conjunto com os alunos e com as famílias.

A família tem que participar do processo de aprendizagem e oportunidades devem ser criadas para que a escola conheça a realidade dos seus alunos. As

palavras de ordem são: fortalecer e ampliar a integração escola-comunidade.

A Gestão Democrática não é apenas para ser observada pelas unidades escolares, mas, também, entre as escolas e Secretaria da Educação e entre os órgãos que elaboram e implementam as políticas educacionais. O desejável é que a gestão se faça de forma orgânica, coletiva e sistematicamente, integrando as equipes e as orientações. As equipes das secretarias devem acompanhar sistematicamente as escolas e dialogar com elas sobre as orientações e necessidades de cada unidade.

Tão importante como incentivar a existência de Conselhos de Escola é criar e respeitar os Conselhos do FUNDEB como os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social (CACCS) e o Conselho Municipal de Educação do Município. Democratizar a gestão é respeitar a legislação que instituiu o FUNDEB, cumprindo os prazos para transferência dos recursos e publicizando seus gastos realizados com educação.

Criar o Sistema Municipal de Ensino, com supervisão e demais instância de controle social e elaborar o Plano Municipal de Educação com a participação de toda a sociedade também são instrumentos de democratização.

Incentivar a criação dos Fóruns Municipais de Educação a fim de coordenar as conferências de educação, monitorar a execução do Plano Nacional de Educação e também do Plano Municipal de educação. Esses fóruns terão o caráter de contribuir na formulação, na implementação e no acompanhamento das políticas do sistema, sobretudo daquelas previstas nos planos de educação.

Estimular e fortalecer a atuação nos vários conselhos que têm interface com a educação tais como CONDECA, Conselho Tutelar, Conselho da Merenda, Conselhos Regionais dos Conselhos de Escola, Grêmios ou qualquer outra forma associativa dos alunos, APMs, Orçamento Participativo da Criança - OPCriança, entre outros.

### 3.2 - Garantia do Acesso e Permanência

Expandir progressivamente o atendimento integral à criança e ao jovem, por meio da articulação entre a União, estados e municípios. O município precisa ter um olhar especial para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Atualmente deparamos-nos ainda com problemas de acesso tanto na Educação Infantil, principalmente creches quanto na Educação de Jovens e Adultos. Promover a alfabetização e garantir vaga na EJA visando o aumento da escolarização de jovens e adultos é necessária, possibilitando a eles uma melhor inserção no mundo do trabalho e no exercício pleno da cidadania.

O analfabetismo merece uma atenção especial por manter homens e mulheres em situação de exclusão cada vez mais difíceis de serem superadas, na medida em que, em nossa sociedade, a especialização do conhecimento é cada vez maior e o domínio da capacidade de conhecer é cada vez mais necessária ao exercício da cidadania, à realização do trabalho e à realização plena da condição humana.

Garantir a permanência é tão ou mais difícil quanto a oferta de vagas. A política educacional deve articular-se com outras políticas sociais visando a permanência da criança, do adolescente e do jovem na escola. Convivemos com várias iniciativas para garantir essa permanência: flexibilização dos horários e currículos nas escolas de EJA, reorganização do atendimento a demanda, oferta de transporte escolar, uniforme e material escolar, Bolsa Família, bolsa para os jovens articuladas a programas de capacitação para o mundo do trabalho evitando a evasão, inclusão digital, etc.

### 3.3 - Qualidade Social

A Qualidade da Educação em todos os níveis e modalidades é nossa prioridade absoluta.

Os ciclos, organizados de acordo com os períodos de desenvolvimento da

criança, devem constituir-se de forma a reordenar o currículo e organização (tempo e espaço) da escola para o acolhimento da criança, articulando a pré-escola com o ciclo I do Ensino Fundamental.

A avaliação, a partir do acompanhamento do processo de ensino aprendizagem, necessária para corrigir os rumos e metas do PPP – Projeto Político Pedagógico- deverá resultar da integração do trabalho dos diversos profissionais da educação bem como de reuniões regulares com a participação de toda a comunidade escolar. A avaliação deve permitir ao órgão diretivo e as escolas, conjuntamente, perceber suas possibilidades e dificuldades tendo como foco a construção de conhecimento pelos alunos e a transformação dos espaços educacionais em lugares de criação e recriação da cultura. As sondagens periódicas e a elaboração do portfólios devem pautar o trabalho dos professores e dos demais profissionais envolvidos com o processo de ensino aprendizagem.

O ambiente escolar, a infraestrutura e insumos disponíveis na escola são importantes para apoiar a ação dos professores e a socialização dos educandos, favorecendo experiências e o desenvolvimento de novos projetos. A existência de atividades destinadas a superar as dificuldades de aprendizado, por qualquer aluno, também é importante para o fazer pedagógico.

A valorização do profissional da educação, que perpassa condições de



trabalho, jornada e até a formação inicial e continuada deverá se refletir no plano de carreira. A formação não deve ser apenas dirigida aos professores que trabalham direto na escola. Tão importante quanto a formação dos professores é a formação dos gestores e profissionais das equipes que atuam na secretaria visando aprimorar a gestão e a relação entre a secretaria e as unidades escolares.

Para o PT, a educação deve ser um instrumento de progresso social. A qualidade social da educação é resultado de um projeto pedagógico que integra cultura, esporte, música e lazer ao ensino dito formal, rompendo com uma educação fragmentada e conteudística.

Nesse sentido, o município de São Paulo deve estreitar as relações com o Governo Federal para implementar programas no contraturno das crianças, tais como os programas Mais Educação, Segundo Tempo, entre outros.

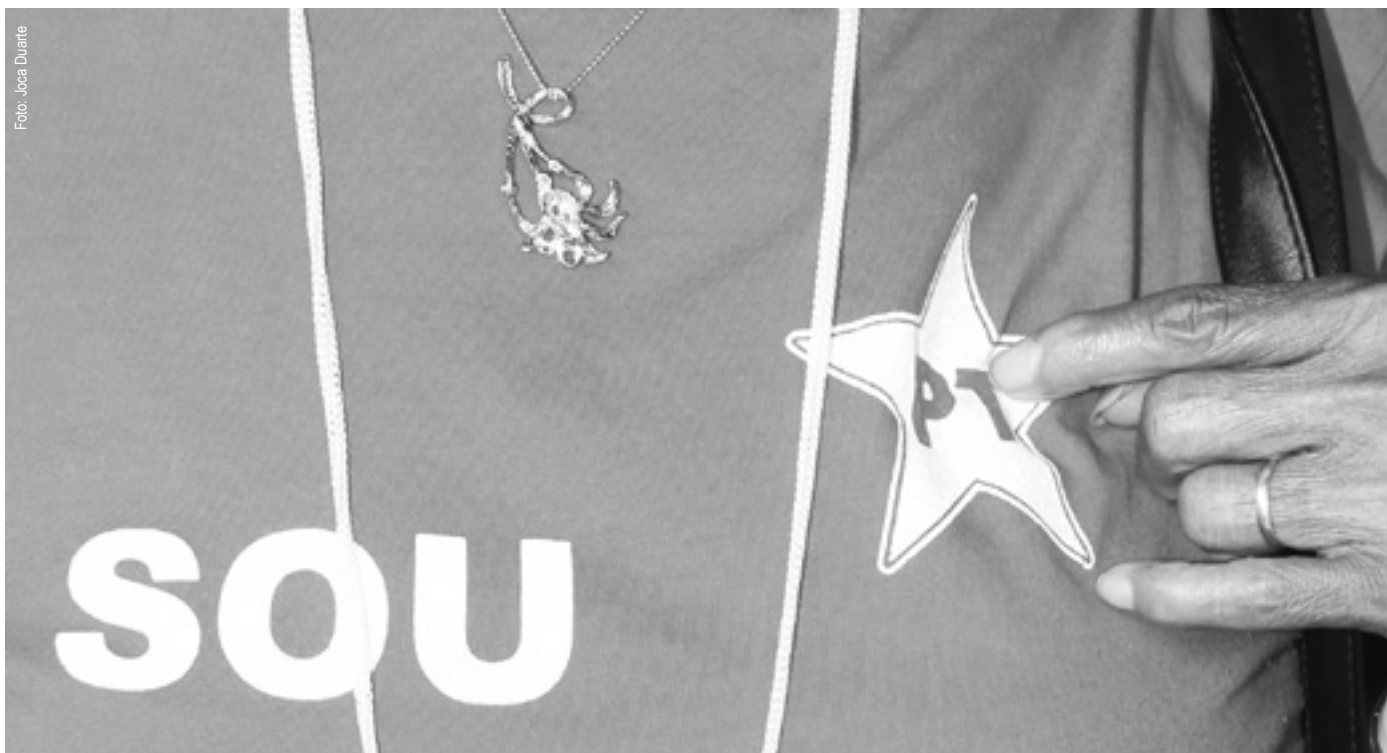
A Secretaria de Educação num Governo do PT deve formular e implementar uma política que incluam os alunos com deficiência, garantindo-

lhes acessibilidade e materiais adequados. Também precisamos focar numa política de formação de professores específica para a área e ampliação do número e a localização das salas de recursos (multifuncionais).

### Resgatar as experiências dos CEUs

Nossas escolas precisam estar equipadas com laboratórios de informática e salas de leitura. Prover as escolas com materiais didáticos diversificados, espaços culturais e esportivos para ampliação da ação pedagógica, ampliação da jornada do aluno, atividades extra-classes como estudos de meio e memória da constituição da cidade e dos bairros, articulação do currículo com a realidade do aluno. Uma experiência recente que precisamos resgatar é a da Implantação dos Centros Educacionais Unificados (CEUs), desenvolvidos e implementados durante o governo de Marta Suplicy no município de São Paulo.

Os Centros de Educação Unificados, considerado um dos maiores projeto de inclusão social, foram implementados nas regiões mais periféricas, mais pobres





e com maior índice de violência da cidade de acordo com o Mapa de Exclusão Social de São Paulo, organizado pela Prof<sup>a</sup> Aldaiza Sposati e divulgado em 1992.

A concepção que norteou a implementação dos CEUs é da educação integral, que tem como propósito a organização de uma escola que possa trabalhar integralmente educação, cultura, esporte e lazer, favorecendo e promovendo um conjunto integrado de intervenções sócio-educacionais, visando o atendimento dos alunos da própria escola, das escolas do entorno e toda a comunidade escolar.

### 3.4 Financiamento

Pela Constituição de 1988 a responsabilidade e o financiamento do ensino devem ser compartilhados pelas três esferas de poder. À União cabe o Ensino Superior e aplicar 18% de suas receitas com impostos, aos estados o ensino médio e ensino fundamental – 25%, às prefeituras a Educação Infantil e o ensino fundamental – 25%.

Existe uma forte vinculação entre o financiamento público da educação e a situação socioeconômica do país, na medida em que as principais fontes de recursos são os impostos que por sua vez são afetados pelo desempenho da economia. É nesse contexto que se deve assegurar um padrão mínimo de qualidade de ensino sendo que cabe à União assegurá-lo de modo a garantir a equidade das oportunidades educacionais.

O FUNDEB é uma importante conquista, principalmente para os municípios, porque os recursos antes destinados apenas ao ensino fundamental passaram a financiar todas as etapas da educação escolar, obrigando a todas as esferas de governo a um maior esforço fiscal e a União a um crescente aporte de complementação financeira. Os municípios, agora, além de não terem um limite para investir em educação infantil também têm as informações necessárias para pressionar o governo estadual no atendimento do ensino médio bem como compartilhar o atendimento no ensino fundamental.

Para que os recursos do FUNDEB garantam a expansão de matrículas para a educação infantil e o ensino médio é necessário um maior acompanhamento e fortalecimento dos mecanismos de controle social para além dos realizados pelos órgãos oficiais como o TCE. Torna-se imprescindível a criação dos Conselhos de Acompanhamento e a criação da conta específica, previstos na lei que criou o FUNDEB.

Dentro desses parâmetros, nosso governo municipal deverá estabelecer um verdadeiro regime de colaboração entre o Estado de São Paulo e a União, apontando na direção de um Sistema Articulado de Educação.

### 4- Um novo caminho para a Educação Pública

É preciso resgatar a história e o conceito de escola pública não mais apenas como um local de passagem de nossas crianças e jovens – mas como espaço de formação integral de novos cidadãos e cidadãs, onde o conhecimento historicamente acumulado pela sociedade possa ser transmitido, compartilhado, aprimorado, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico e cultural em nossos municípios e no país. É preciso superar as políticas que defendem o mínimo para os trabalhadores, que diminuem as responsabilidades do governo e ampliam as dos educadores.

Nosso Governo deve tomar para si a tarefa de tornar realidade o cumprimento das diretrizes e metas tanto do PNE como as constantes do PDE. Devem definir seus investimentos com vistas a atender as metas neles existentes e elaborar seu Planos Municipal de Educação, democraticamente tendo em vista o Plano Nacional de Educação que deverá ser aprovado este ano.



# Diretrizes para a Política Municipal de Cultura



## Apresentação

O presente documento é uma contribuição para a construção, melhoria ou revisão de políticas públicas municipais na área da cultura. Tem por base o acúmulo dos coletivos petistas ligados à Secretaria Nacional de Cultura do PT e às respectivas secretarias estaduais.

Programas e ações nesse sentido devem sempre ter como princípio a democratização da cultura- não apenas no sentido da universalização do acesso aos meios, ao lazer e ao conhecimento, mas também, e principalmente, no de envolver a população no fazer cultural da cidade.

A cultura transforma as pessoas e a própria atividade política, pois desperta a capacidade crítica e novas visões de mundo em todos os seus aspectos.

## Roteiro para elaboração de políticas

Os quatro itens são: a política, o plano, os programas e projetos. A política é a intenção (por quê?). O plano é a estratégia (para quê?). Os programas são as linhas de ações (artistas, festas, cidadania, gênero, raça, museus, bibliotecas, centros culturais). Os projetos significam a ação concreta, a realização da idéia

## Iremos partir de duas premissas:

- a) Apoiar os artistas e todos os trabalhadores da cultura, mas pensando na inclusão e cidadania plena de todos que formam nossos municípios;
- b) Valorizar a cultura local e regional, sem fazer oposição ao que “vem de fora”, pois a construção da democratização cultural depende do diálogo e da integração com as diferenças.

## Política

Envolve sempre a esfera pública, mas com alianças estratégicas diversas: área privada, cooperações regionais, nacionais e internacionais, Sistema S, outras esferas de governo etc.

## Plano

Objetiva construir uma estratégia de ação para melhorar a qualidade de vida de artistas, produtores e administradores culturais. Sempre focando a ação no cidadão, “alvo” principal das políticas sociais. Trabalhadores da cultura não devem esquecer que essa área, em sua diversidade enfrenta questões classistas, trabalhistas e de não regulamentação profissional. Mesmo não estando na esfera municipal, estas questões devem permear a elaboração do programa. No aspecto do aparelho estatal, o plano também deve organizar o uso de bibliotecas, museus e centros culturais, na perspectiva de elevar a formação cultural dos trabalhadores e cidadãos. Finalmente o plano deve visar a inclusão social de gênero, raça, adictos, portadores de necessidades especiais e de doenças mentais, mulheres e setores LGBT, entre outros. A cultura é feita por todos, não para todos.

## Programas

Os programas devem estar relacionados com os objetivos. Cada objetivo deve estar contido em um programa específico para a arte, um para gênero, um para raça e assim por diante.

## Projetos

Cada programa deve conter os projetos que lhe viabilizem, isto é, que lhe tornam realidade. Um programa para a arte, por exemplo deve conter pelo menos três projetos: para o artista (bolsa de trabalho), para compra de material (tinta, computadores, violão, sapatilha, máscara, etc) e para circulação (valorizando circuitos além do mercado, como internet, escolas, bares, ruas etc.). Os recursos viriam de fundos públicos de cultura, parcerias diversas, de programas federais e estaduais etc.

## Prioridades de Ação

Cinco grandes pontos que poderão unificar as ações municipais

### I- Criação de órgãos específicos de cultura nos municípios:

A cultura se faz nas cidades. O cidadão é o foco. Mais do que no país ou estado, ele vive/atua transforma nas cidades, e estas devem atender suas demandas básicas, entre as quais, a cultura e suas interfaces

Algumas cidades já possuem uma “máquina cultural”, mas na maioria das cidades o que temos são ações desconexas espalhadas em assessorias, gabinetes de prefeito ou das secretarias de Educação, ou Esporte e Lazer, entre outras.

É fundamental que, nos municípios em que o PT e aliados irão administrar, estejamos na linha de frente da proposição que garanta um órgão municipal de cultura, não necessariamente uma secretaria. Em algumas cidades, a prefeitura tem uma estrutura pequena e, nestes casos, os locais poderão optar pelas estruturas mais adequadas, com departamentos, coordenações e ou assessorias.

O importante é garantir a capacidade de concepção, gestão e práticas culturais em todos os municípios brasileiros, e esta é uma tarefa partidária e social para os petistas da área cultural.

### II- Garantia de no mínimo de 1% dos orçamentos públicos municipais para a cultura:

Seja qual for a estrutura adotada, nada poderá acontecer sem orçamento. A Proposta de Emenda Constitucional 150 vincula 2% do Orçamento da

União, 1,5% dos Estados 1% dos municípios para a cultura. Mas este índice precisa do amparo na Lei Orgânica de cada município e ou legislações específicas. Não pode ser um compromisso informal ou político de cada governo/equipe. É preciso constar da agenda jurídica e legal da municipalidade. Este é um patamar mínimo. Algumas cidades já garantiram mais do que isso, dependendo da realidade e da correlação de forças de cada local.

Também é preciso mudar o paradigma do financiamento da cultura baseado exclusivamente em leis de incentivo via renúncia fiscal.

É preciso criar programas que garantam auto-sustentabilidade da área e, ao mesmo tempo, dar ênfase ao fomento direto através de fundos municipais de cultura e editais para as mais diversas áreas, especialmente as desprezadas pela indústria e que carecem atenção estatal.

### III- Controle Social da Política Municipal de Cultura:

O planejamento cultural deve ser feito com a sociedade. A primeira regra é mudar o foco da elaboração das políticas culturais, preservando e apoiando a comunidade cultural, mas não esquecendo o cidadão.

Geralmente os trabalhadores da cultura caem na tentação de acatar as pressões e demandas dos criadores culturais, sem observar que estes são o



Foto: Joca Duarte

meio e não o fim do elo das políticas. Uma política municipal democrática de cultura deve ser formulada com e não para a cidadania local. São diversas as formas, o ideal é também garantir em lei:

**Plano Municipal de Cultura:** Dentro deste e para fazê-lo formação de conselhos municipais de cultura, preferencialmente paritários, ou seja com mesmo número de membros das esferas públicas e da sociedade.

**Conferências municipais de cultura** com delegados e representantes das diversas regiões, esferas e grupos da cidade ou fóruns de cultura. Estes podem ser formais, como entre cidadãos e governo, em uma prévia dos conselhos, antes da constituição destes; ou informais, mas representativos, nas cidades onde a correlação de forças permite os conselhos.

**Audiências Públicas de Cultura:** convocadas pelas comissões de educação ou cultura das câmaras municipais, pelos conselhos ou pelo executivo para assessorar os órgãos de cultura, fiscalizar e propor ações.

#### **IV – Legislar para a Cultura**

É preciso garantir legisladores culturais em todos os municípios, o que não significa eleger apenas candidatos do meio. Os legisladores culturais serão homens e mulheres vinculados ao meio cultural ou não, mas que instigados

por nós irão atuar nas Câmaras a favor de propostas à legislação ordinária e extraordinária municipal, tornando-as políticas de Estado e não de governo.

#### **V – Criação de uma Política Municipal de Patrimônio Cultural**

Não é só na tradição que está “a verdadeira origem e justificativa para uma política cultural”. O conhecimento prévio da história, das tradições, símbolos, natureza, comportamento, geografia, culinária, moda artesanato e de sistemas viários são os motores de uma política cultural

Não há regra geral, pois cada município tem sua especificidade. Mas além de ter, no mínimo uma biblioteca pública por município, devemos lutar também para que cada cidade brasileira tenha um centro de memória.

Neste sentido, todos os programas municipais de cultura devem apresentar, com destaque, políticas para este setor. Cabe aos municípios se adaptarem de acordo com as especificidades.

Podem ser construídos museus ou arquivos públicos municipais, que são instituições que contêm a história local e da memória do tempo presente. Para os seus acervos, pode-se utilizar fontes variadas: arquivos pessoais e familiares; cartórios e registros civis e militares; mapas cartográficos e croquis de obras; lideranças religiosas de todas as matizes; instituições de ensino e pesquisa etc.



Foto: Joca Duarte

Existem alternativas como fundações Pró Memória (de controle inteiramente público municipal ou de natureza mista), reunindo pesquisadores, estudantes, lideranças empresariais e comunitárias etc; e acervos públicos municipais, assessorias ou coordenadorias municipais de patrimônio cultural,

Algumas cidades já têm estruturas próprias (institutos históricos e geográficos, museus ou acervos de Arte Sacra; conselhos municipais de patrimônio, legislação municipal de patrimônio), que podem ser revitalizadas e servir de bases para novas propostas.

## Outras ações e programas

### Integração com outros municípios, governos do Estado e Federal.

Tendo consciência que, na questão cultural, muitos municípios encontram-se na estaca zero, são importantes intervenções relativas ao desenvolvimento municipal e regional, articulando cidades pelas questões geográficas, ambientais, culturais etc. Deve-se estimular consórcios entre cidades, realização de festivais regionais, câmaras, conselhos e fóruns regionais.

### Sistemas Nacional e Estaduais de Cultura

Esta é uma das principais metas do governo federal no campo da cultura.



Foto: Joca Duarte

É também uma das tarefas centrais dos gestores culturais. Estados e municípios vêm definindo, com o MinC, uma agenda para coordenar planos e ações públicas para a cultura em todo o país.

O Sistema integrará as ações, preservando a autonomia política e administrativa dos entes federados. De acordo com os artigos 23 e 24 da Constituição Federal, cabem a eles as competências comuns de legislar e proteger o patrimônio cultural e de “proporcionar os meios de acesso à cultura.”

A viabilização dos sistemas de cultura depende principalmente da participação da sociedade para a definição de prioridades e o controle e acompanhamento das metas programadas. Mais do que isso, por corresponderem pelo maior volume das ações e do calendário cultural do país, se deve destinar à sociedade parte substantiva dos programas culturais fomentados pelo Estado.

### Cultura + Educação

Estimular e criar programas de Arte-Educação integrando as áreas/pastas de Educação e Cultura. Assim como estimular a ocupação sócio-cultural das escolas, seja nos fins de semana, com atividades de lazer, recreação e criação, seja em ações extracurriculares.

Garantir nos concursos públicos municipais vagas específicas para professores de Arte-Educação e suas expressões artísticas, e também de animadores culturais.



Foto: Joca Duarte

Estimular a elaboração de uma política municipal de livro e leitura, apoiada nas estruturas de educação e cultura, não limitada aos espaços formais (bibliotecas, escolas), mas também às ruas em projetos de salas populares de leitura, feiras de livro etc.

### **Cultura + Saúde**

Estímulo a políticas na pasta da saúde de medicina preventiva, uso de ervas, nutrição alternativa, parteiras, dança, tendo o entendimento que saúde é um elemento cultural. Possibilitar que expressões culturais sejam parte de projetos gerais da saúde, tais como campanhas de vacinação, combate a endemias, médicos de família e “doutores da alegria”.

### **Cultura + Gênero**

Observar a especificidade das questões das mulheres no planejamento cultural, percebendo não só a diferença com os homens, assim como a diversidade entre as próprias mulheres (geração, etnia, classe, orientação sexual, necessidades especiais, mulheres chefes de família ou assentadas, etc).

### **Cultura+ Promoção da Igualdade Racial**

Formular políticas que integrem os diversos grupos étnicos e culturais das cidades; negros, brancos, indígenas, judeus, ciganos, orientais islâmicos e nipônicos etc.

Integrar aos calendários culturais oficiais dos municípios, datas, personagens e símbolos religiosos e culturais dos diversos grupos.

Especificamente sobre as comunidades negra e indígena, auxiliar a implantação da lei 11.465/2008, que estabelece a inclusão no currículo oficial e ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

### **Diversidade**

As políticas municipais têm que refletir a promoção da cidadania dos diversos grupos sociais: lésbicas, gays, travestis e transgêneros, mulheres, jovens, idosos, crianças, negros, judeus, islâmicos, espíritas, candomblecistas e umbandistas, entre outros.

A cultura tem sido importante no combate a toda forma de discriminação e ações que promovam o respeito e interação devem fazer parte de toda gestão petista.

### **Urbanismo**

Toda intervenção urbana deve ter a participação e a ingerência da Cultura:

Exemplos: exigência de uma obra de arte em cada novo edifício público ou privado a ser construído; a inclusão nas praças de anfiteatros, coretos, palcos etc. A Cultura também deve estar presente na formulação dos projetos de longo prazo (planos diretores, leis de zoneamento urbano e ambiental), estimulando a apropriação cultural dos diversos espaços públicos.

### **Profissionalização dos cidadãos e dos trabalhadores da cultura:**

Criação de escolas regulares de artes (teatro, música, dança) ou, nos casos em que isso não for possível, de cursos profissionalizantes.

Realizar censo/cadastro dos profissionais de cultura, de forma a utilizar mão-de-obra especializada nos programas/projetos municipais.

Criação de linhas de crédito para compra de equipamentos que viabilizem a produção e mesmo o acesso à informação (internet, TV a cabo, livros, etc.);

Programa de bolsas de trabalho e pesquisa artística. Realizar e/ou estimular junto a outras instituições cursos de formação e reciclagem para os servidores que atuam na área cultural, abertos à comunidade artística.







# ANEXO

Sites para consulta



# Anexo

PARTIDO DOS TRABALHADORES:

# SITES PARA CONSULTA

## **PT Nacional**

<http://www.pt.org.br>

## **PT Estadual – São Paulo**

<http://www.pt-sp.org.br>

## **Governo Federal**

### **Portal do Governo Federal**

<http://www.brasil.gov.br>

Esta página reúne diversas informações sobre o governo federal com links para temáticas importantes.

### **Portal Federativo**

<http://www.portalfederativo.gov.br/>

Este portal agrega informações sobre os temas que envolvem os entes federados e as relações estabelecidas entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Pelo Portal Federativo é possível acessar outros sítios do governo federal que apresentam informações e programas destinados aos municípios, sendo importante ferramenta para as prefeituras e bancadas de vereadores.

### **Portal Transparência**

<http://www.portaltransparencia.gov.br/>

Disponibiliza informações sobre a execução orçamentária (links para acessar prestação de contas, fiscalização, orçamento da União e conselho de transparência).

Transparência nos Estados e Municípios informações sobre os recursos públicos transferidos da União para estados, municípios e o Distrito Federal.

## **Brasil Agora**

<http://www.brasil.gov.br/brasil-agora#/home>

Mini-site interativo que apresenta as principais ações do Estado em áreas como educação, saúde, trabalho e emprego, cultura, esporte, infraestrutura, agricultura e meio ambiente.

## **Palácio do Planalto**

<http://www.planalto.gov.br>

O Palácio do Planalto é a sede da Presidência da República

## **Empresa Brasil de Comunicação**

<http://www.ebc.com.br/>

A Empresa Brasil foi criada com o objetivo de implantar e gerir os canais públicos, aqueles que, por sua independência editorial, distinguem-se dos canais estatais ou governamentais.

## **Casa Civil da Presidência da República**

<http://www.casacivil.gov.br/>

## **Ministério da Agricultura**

<http://www.agricultura.gov.br>

Estão disponíveis nesta página informações sobre Ministério Agricultura no Congresso com Informações diárias do Congresso Nacional sobre assuntos relacionados ao Ministério.

## **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**

<http://www.mds.gov.br/>

Neste site estão disponíveis informações sobre os programas federais de assistência social.

### **Ministério das Cidades**

<http://www.cidades.gov.br>

A esse Ministério compete implementar a política de desenvolvimento urbano e as políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito. Seus programas estão organizados em quatro sub-secretarias.

### **Territórios da Cidadania**

<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlm/clubs/territoriosrurais/onecommunity>

O Projeto Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais a construção dessa estratégia.

### **Ministério da Ciência e Tecnologia**

<http://www.mct.gov.br>

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) coordena a execução dos programas e ações, que consolidam a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, e lidera um conjunto de instituições de fomento e execução de pesquisa.

O MCT desenvolve pesquisas e estudos que se traduzem em geração de conhecimento, novas tecnologias e na criação de produtos, processos, gestão e patentes nacionais.

### **Ministério da Comunicação**

<http://www.mc.gov.br>

### **Ministério da Cultura**

<http://www.cultura.gov.br>

O Ministério da Cultura tem programas de incentivo ao desenvolvimento cultural que prevê financiamento a projetos de pessoas físicas, organizações públicas, privadas e organizações sem fins lucrativos.

### **Ministério do Desenvolvimento Agrário**

<http://www.mda.gov.br>

Em Nossos Programas há ilustrações com informações os principais programas do ministério.

### **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

<http://www.mdic.gov.br>

### **Ministério da Educação**

<http://www.mec.gov.br>

### **Ministério da Fazenda**

<http://www.fazenda.gov.br>

São atribuições do ministério a formulação e execução da política econômica.

### **Ministério da Integração Nacional**

<http://www.integracao.gov.br>

São competências do ministério formulação e condução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, formulação dos planos e programas regionais de Desenvolvimento Regional, estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais, estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, estabelecimento de normas para cumprimento dos programas de financiamento dos fundos constitucionais e das programações orçamentárias dos fundos de investimentos regionais, acompanhamento e avaliação dos programas integrados de desenvolvimento nacional, defesa civil, obras contra as secas e de infraestrutura hídrica, formulação e condução da política nacional de irrigação, ordenação territorial e públicas em faixas de fronteiras.

Encontramos no site links para as secretarias do ministério que tratam de dar conta das suas principais competências.

### **Ministério do Meio Ambiente**

<http://www.mma.gov.br>

Promove a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade. Encontramos no site links de acesso as secretarias do ministério que nos permite ter acesso aos principais projetos e programas do ministério, assim como a publicações e informações gerais.

**Ministério de Minas e Energia**

<http://www.mme.gov.br>

**Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

<http://www.planejamento.gov.br>

**Ministério da Saúde**

<http://www.saude.gov.br>

**Ministério da Defesa**

<http://www.defesa.gov.br>

É um órgão destinado a estabelecer políticas ligadas à defesa e segurança do país, assim como as operações militares, o orçamento da defesa, política e estratégia militares e serviço militar. Os programas e projetos descritos na presente na página principal são destinados às Forças Armadas Brasileiras, ao meio ambiente, aos militares e suas famílias.

**Ministério do Esporte**

<http://www.esporte.gov.br>

O ministério desenvolve ações de inclusão social com o objetivo de garantir, através do esporte, qualidade de vida e desenvolvimento humano.

**Ministério da Justiça**

<http://www.mj.gov.br>

**Ministério da Previdência Social**

<http://www.previdenciasocial.gov.br>

O site traz informações sobre os benefícios da previdência, além de informações como: Relatório de Contas, Estrutura Regimental, Plano Plurianual, Estatísticas da Previdência Social.

**Ministério das Relações Exteriores**

<http://www.mre.gov.br>

Esse Ministério tem a responsabilidade de assessorar o Presidente da República na formulação e execução da política externa brasileira. É possível acompanhar informações sobre a Carreira Diplomática e sobre o Programa de Ação Afirmativa.

**Ministério do Trabalho e Emprego**

<http://www.mte.gov.br>

**Ministério dos Transportes**

<http://www.transportes.gov.br>

Encontramos no corpo da página inicial do ministério uma central de notícias sobre transporte e na parte superior um menu principal com links de acesso as principais informações do site.

**Ministério do Turismo**

<http://www.turismo.gov.br>

**Ministério da Pesca e Aquicultura**

<http://www.mpa.gov.br/>

**Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**

<http://www.cdes.gov.br/>

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é um órgão majoritariamente da sociedade civil, de caráter consultivo da Presidência da República, tem o papel de colaborar na formação do juízo político do Governo, como instituição representativa da sociedade. Seu desafio é estabelecer o diálogo entre as diversas

representações da sociedade civil a fim de discutir as políticas públicas e propor as medidas necessárias para alavancar o crescimento do País.

**Secretaria de Direitos Humanos**

<http://www.sedh.gov.br/>

A Secretaria trata da articulação e implementação de políticas públicas voltadas para a proteção e promoção dos direitos humanos. É possível no site da secretaria baixar a versão final do Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH -3

**Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**

<http://www.seppir.gov.br/>

A Secretaria tem a missão de formular políticas contra as desigualdades raciais no país.

### **Secretaria de Política para as Mulheres**

<http://www.sepm.gov.br/>

Estabelece políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras e que reafirmam o compromisso do governo federal de lutar por ações que revertam à discriminação.

### **Secretaria Geral da Presidência da República**

<http://www.secretariageral.gov.br/>

Agenda da Presidenta  
Pronunciamentos e Entrevistas

### **Secretaria Nacional Antidrogas**

<http://www.senad.gov.br>

Conselhos com destaque para o Conselho municipal de políticas sobre drogas que atua como instância de assessoramento do Governo local e de coordenação das atividades de todas as instituições e entidades municipais, responsáveis pelo desenvolvimento das ações referentes à redução da demanda e dos danos, assim como movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no município e dispostas a cooperar com o esforço municipal.

### **Secretaria Nacional de Juventude**

<http://www.juventude.gov.br>

## **Outros Órgãos Federais**

### **Senado Federal**

<http://www.senado.gov.br>

Reúne informações sobre Ações do Governo

### **Câmara dos Deputados**

<http://www.camara.gov.br>

Encontramos na página principal a esquerda uma caixa onde é possível consultar Proposições, Deputados, Agenda e Legislação.

### **Superior Tribunal Federal**

<http://www.stf.gov.br>

Dispõe na caixa a direita do site de um Diário da Justiça eletrônico com suas edições mais recentes.

### **Superior Tribunal de Justiça**

<http://www.stj.gov.br>

Programas Institucionais buscam fortalecer o compromisso do Tribunal com a promoção da cidadania, sendo que suas ações se concentram em projetos como: STJ Socioambiental, Despertar Vocacional Jurídico, Sociedade para todas as Idades, Licitações e Contas Públicas, Contratos, Licitações, Resumo Orçamentário, Relatórios de Gestão Fiscal, Enfam - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento da aplicação do Direito e para a melhoria da qualidade do Judiciário.

### **Diário Oficial da União**

<http://www.in.gov.br>

É o portal da imprensa nacional, onde são publicados atos de interesses dos servidores públicos da administração pública federal, leis, decretos, portarias, editais, etc.

### **Banco Central do Brasil**

<http://www.bcb.gov.br>

No portal é possível visualizar facilmente dados sobre o sistema financeiro nacional, bem como, de normas e legislações que o regulamentam. Ao lado direito do portal há uma barra menu sobre indicadores financeiros: inflação, câmbio e juros.

### **Banco do Brasil**

<http://www.bb.com.br>

Governo, nele é possível acessar informações úteis do Banco do Brasil ao governo Federal, estadual e Municipal.

### **Banco do Nordeste**

<http://www.bnb.com.br>

O Banco do Nordeste tem como objetivo ser referência como agente indutor do desenvolvimento sustentável da região Nordeste. O Programa Estratégico da instituição contempla ações de apoio à agricultura familiar,

Programa de Micro-Crédito Produtivo orientado para a concessão de empréstimos a agricultores familiares.

### **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**

<http://www.bndes.gov.br>

É possível encontrar linhas de apoio financeiro e programas do BNDES que atendem as necessidades de investimento das empresas de qualquer porte e setor.

### **Caixa Econômica Federal**

<http://www.caixa.gov.br/>

Aqui se encontram produtos e serviços para a cidade, para o cidadão (inclusive informações para casa própria) e para o desenvolvimento urbano. Em Governo encontramos três opções de serviços da caixa para o governo, onde você pode selecionar o governo federal, estadual e municipal.

### **CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**

<http://www.capes.gov.br>

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação além de atuar na formação de professores da educação básica ampliando o alcance de suas ações na formação de pessoal qualificado no Brasil e no exterior.

### **Portal Brasileiro do Turismo**

<http://www.braziltour.com/>

Embratur é a autarquia especial do Ministério do Turismo responsável pela execução da Política Nacional de Turismo no que diz respeito a promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional. No site encontramos basicamente informações destinadas a turistas que tenham interesse de conhecer o país, com informações sobre destinos e dicas ao turista.

### **FUNAI – Fundação Nacional do Índio**

<http://www.funai.gov.br>

O site da Funai contém informações sobre demarcações de territórios indígenas e legislação de proteção a esse segmento social.

### **IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**

<http://www.ibama.gov.br>

No portal desta autarquia federal, que executa ações nacionais das políticas de meio ambiente, estão disponíveis informações sobre monitoramento ambiental, fiscalização e recursos florestais.

### **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**

<http://www.ibge.gov.br>

Há uma infinidade de dados dos mais diversos temas sobre o Brasil e as unidades da Federação (inclusive sobre todos os municípios).

### **IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

<http://www.ipea.gov.br>

O IPEA é uma fundação pública subordinada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão com a atribuição de elaborar estudos e pesquisas para subsidiar o planejamento de políticas governamentais. As pesquisas e análises realizadas são publicadas, em sua maior parte, em livros, revistas, boletins, na coleção Texto para Discussão ou ainda em outros formatos.

### **INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**

<http://www.incra.gov.br>

O INCRA é o instituto responsável por implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.

### **IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico**

<http://www.iphan.gov.br>

Encontramos no site do instituto as políticas e regulamentações que visam salvaguardar o patrimônio artístico e cultural brasileiro. Para compreender o que caracteriza o patrimônio cultural, clicar no link Patrimônio Cultural no menu da página principal que se desmembrará outros subitens.

### **PETROBRAS**

<http://www.petrobras.com.br>

O site oferece dados sobre o grande número de projetos alocados no setor de responsabilidade social da empresa, como financiamentos na área da cul-

tura, esporte e meio ambiente, onde é possível verificar os seus resultados e benefícios que foram destinados ao público-alvo das ações.

### **Polícia Federal**

<http://www.dpf.gov.br>

O site disponibiliza informações sobre os serviços oferecidos para a comunidade.

Ainda é possível acessar informações sobre as Campanhas da PF, Relatório Anual.

### **SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados**

<http://www.seade.gov.br>

O portal da Fundação, que é um dos centros nacionais de produção e disseminação de pesquisa, análises e estatísticas socioeconômicas e demográficas.

### **Secretaria da Receita Federal**

<http://www.receita.fazenda.gov.br>

A Receita é responsável pela administração dos tributos de competência da União. Seu site oferece links para pessoas físicas e jurídicas com informações sobre situação fiscal, solicitação de cadastros, certidões e declarações fiscais.

### **SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados**

<http://www.serpro.gov.br>

Neste site é possível encontrar informações sobre Programas e serviços para o controle e prestação de contas dos gastos públicos.

### **Plano Plurianual 2004-2007**

<http://www.planobrasil.gov.br>

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento para governar o Brasil, estabelecendo diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal por um prazo de quatro anos.

### **Programa Fome Zero**

<http://www.fomezero.gov.br>

### **ObrasNet**

<http://www.obrasnet.gov.br>

Trata-se do Portal de Obras do Governo Federal, que disponibiliza informações sobre todos os projetos com recursos do Orçamento Geral da União em andamento no país, está sendo desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em parceria com a Caixa Econômica Federal.

### **Governo do Estado de São Paulo**

<http://www.saopaulo.sp.gov.br>

- Ações do Governo
- Órgãos e Entidades
- secretarias

### **INSTITUTOS DE PESQUISA, FUNDAÇÕES E AFINS**

#### **CEPAM – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal – Fundação Prefeito Faria Lima**

<http://www.cepam.sp.gov.br>

Desenvolve projetos e oferece cursos de capacitação nas mais diversas áreas de interesse da administração pública. Seus clientes são poderes executivos municipais, câmaras municipais, empresas e autarquias públicas. Os projetos e cursos objetivam ajudar a solucionar problemas locais e regionais e gerar conhecimento e informação na procura de resultados positivos para as comunidades.

#### **CNM – Confederação Nacional de Municípios**

<http://www.cnm.org.br>

O objetivo da CNM é consolidar o movimento municipalista, fortalecer a autonomia dos Municípios e transformar nossa entidade em referência municipal na representação municipal, a partir de iniciativas políticas e técnicas que visem à excelência na gestão e à qualidade de vida da população.

#### **CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**

<http://www.cnpq.br>

O CNPQ é uma agência do Ministério da Ciência e Tecnologia destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica.

### **DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**

<http://www.dieese.org.br>

O DIEESE é uma instituição de pesquisa sobre o mundo do trabalho. Há várias indicações de dados e publicações que podem ser utilizados para diagnósticos socioeconômicos, especialmente do Brasil e de algumas regiões metropolitanas.

### **CEPAM – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal – Fundação Prefeito Faria Lima**

<http://www.cepam.sp.gov.br>

Desenvolve projetos e oferece cursos de capacitação nas mais diversas áreas de interesse da administração pública. Seus clientes são poderes executivos municipais, câmaras municipais, empresas e autarquias públicas. Os projetos e cursos objetivam ajudar a solucionar problemas locais e regionais e gerar conhecimento e informação na procura de resultados positivos para as comunidades.

### **CNM – Confederação Nacional de Municípios**

<http://www.cnm.org.br>

O objetivo da CNM é consolidar o movimento municipalista, fortalecer a autonomia dos Municípios e transformar nossa entidade em referência mundial na representação municipal, a partir de iniciativas políticas e técnicas que visem à excelência na gestão e à qualidade de vida da população.

### **CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**

<http://www.cnpq.br>

O CNPQ é uma agência do Ministério da Ciência e Tecnologia destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica

### **DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**

<http://www.dieese.org.br>

O DIEESE é uma instituição de pesquisa sobre o mundo do trabalho. Há várias indicações de dados e publicações que podem ser utilizados para diagnósticos socioeconômicos, especialmente do Brasil e de algumas regiões metropolitanas.

### **EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**

<http://www.embrapa.br>

Órgão vinculado ao Ministério da Agricultura que dispõe de contribuições para a pesquisa agropecuária nacional buscando viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira. O site permite acesso às pesquisas e descobertas da

empresa em diversas áreas através de links disponíveis em seu menu superior e no menu localizado a esquerda do site.

### **FAPs – Fundações e Entidades de Amparo à Pesquisa FAPESP/SP**

<http://www.fapesp.br>

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo é uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país, ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo.

### **Fundação Friedrich Ebert/Ides**

<http://www.fes.org.br>

A Fundação desenvolve projetos com parceiros, especialmente em torno de políticas públicas, sendo que os eixos da área de trabalho são igualdade entre os gêneros e racial, direitos da juventude e à comunicação. O menu esquerdo da página permite acessar os projetos da fundação ordenados em três eixos Política Internacional, Mundo do Trabalho e Inclusão Social.

### **Fundação João Pinheiro**

<http://www.fjp.gov.br>

Órgão oficial de estatística de Minas Gerais, a Fundação João Pinheiro é uma instituição pública vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Atua nas áreas de ensino e pesquisa em administração pública, avaliação de políticas públicas e na produção de indicadores estatísticos, econômicos, demográficos e sociais. A FJP presta serviços aos governos estaduais e federal, prefeituras, câmaras municipais, organismos nacionais e internacionais, universidades, empresas privadas e entidades representativas de diversos segmentos sociais.

### **Fundação Perseu Abramo**

<http://www.fpabramo.org.br>

A Fundação desenvolve projetos de caráter político-cultural com objetivo de contribuir para a educação e qualificação da ação política dos filiados do PT, do povo trabalhador e da cultura socialista democrática do Brasil, articular e fomentar processos de elaboração intelectual e criação cultural no campo progressista e contribuir para que o pensamento progressista se torne referência e que as tradições conservadoras, antes dominantes, sejam levadas a evoluir e se reposicionar frente às transformações em curso.

### **Gestão Local**

<http://www.web-brazil.com/gestaolocal/rede.html>

A Rede de Bancos de Dados sobre Gestão Local objetiva facilitar o acesso aos diversos bancos de dados que contêm informações sobre práticas de gestão local.

### **IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**

<http://www.ibict.br>

O IBICT é um centro nacional de pesquisa, intercâmbio científico, formação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal científico que desenvolve sistemas de informação e comunicação que contribuam para o avanço da ciência.

A página disponibiliza em seu menu principal localizado a esquerda o acesso a Produtos e Serviços, Programas, informações sobre Ensino e Pesquisa e Cooperação Técnico Científica.

### **Instituto Cidadania**

<http://www.icidadania.org.br>

A missão do Instituto e de seus colaboradores é difundir os conceitos de cidadania em todos os segmentos que formam a nação brasileira e defender que todo cidadão tenha seus direitos e obrigações aplicados no seu dia a dia.

### **IPEN – Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares**

<http://www.ipen.br>

Localizado na Universidade de São Paulo, associada ao programa de pós-graduação, encontra-se no site informações sobre cursos na área de atividade nuclear, Centros de Pesquisa e notícias.

### **IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo**

<http://www.ipt.br>

O IPT é um instituto vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

### **Observatório das Metrópoles**

<http://www.observatoriodasmetrosoles.net/#>

É possível através do menu principal acessar Linhas de Pesquisa, divididas em quatro grupos:

- Metropolização, dinâmicas intrametropolitanas e o Território Nacional
- Dimensão sócio-espacial da Exclusão/Integração nas metrópoles: reprodução das desigualdades e impactos na sociabilidade urbana
- Governança Urbana, Cidadania e Gestão das Metrópoles
- Monitoramento da realidade metropolitana e desenvolvimento Institucional

### **PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**

<http://www.pnud.org.br>

### **Portal Brasileiro de Comércio Exterior**

<http://www.comexbrasil.gov.br/>

### **PÓLIS – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais**

<http://www.polis.org.br>

O Pólis é uma organização não-governamental que atua no campo das políticas públicas e do desenvolvimento local.

### **Prossiga – Programa de Informação para Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia**

<http://prossiga.ibict.br/>

Tem por objetivo promover a criação e o uso de serviços de informação na Internet voltados para as áreas prioritárias do Ministério da Ciência e Tecnologia, assim como estimular o uso de veículos eletrônicos de comunicação pelas comunidades dessas áreas.





**Partido dos Trabalhadores**







Diretório Estadual  
de São Paulo